

amc

1º NOV 1987

1º caderno. domingo, 1º/11/87

## Coluna do Castelo

### Aureliano quer eleições gerais

**A** aprovação do parlamentarismo pela Comissão de Sistematização, depois do discurso histórico do senador Afonso Arinos, tornou extremamente difícil a revisão dessa decisão pelo plenário da Constituinte. Essa é a opinião, entre outros, do ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, para quem a mudança do sistema de governo deveria importar na realização de um referendo popular ou na convocação de eleições gerais para presidente da República e membros do parlamento como preliminar da introdução do governo de gabinete.



A alegação de que a Comissão de Sistematização teve sua composição predeterminada pela liderança esquerdista do senador Mário Covas, se tem sua procedência, não afeta a inclinação da maioria dos constituintes pelo parlamentarismo, a qual se afirma independentemente da conotação ideológica. O chamado "centrão", que preconiza a reforma do Regimento para substituição do Círculo II por um novo projeto de Constituição a ser votado pelo plenário, deixaria de lado tempo de mandato e sistema de governo precisamente por entender que essas questões não devem afetar o objetivo de subverter o projeto em discussão que, no entender dos articuladores do "centrão", bloqueia o desenvolvimento do Brasil como nação moderna nos padrões do Ocidente.

O presidente da República, no entanto, insistirá na aprovação do presidencialismo, no pressuposto, alimentado por seus assessores, de que a maioria do plenário é pela continuidade do sistema que se tradicionalizou ao longo da vida republicana. O sr. José Sarney perdeu a oportunidade de negociar uma transição gradualista de sistemas, sempre impelido pela convicção de que contará com a maioria no plenário. Os governadores de São Paulo e de Minas, que se reúnem, já apresentam indícios de abandonar a tese defendida pelos governadores na reunião do Rio de Janeiro.

Voltando ao sr. Aureliano Chaves, ele entende que deve haver esforço conjugado para acelerar a votação do texto a fim de que, concomitantemente, se existe a transição, em nome da qual manteve a solidariedade do seu partido ao presidente da República. Sabe-se que o ministro das Minas e Energia pretende deixar o governo tão logo seja promulgada a

Constituição, independentemente da convenção nacional do PFL a realizar-se em seguida. Ele sugeriu ao senador Marco Maciel, presidente do PFL, que faça preceder a convenção de um levantamento das opiniões de base do partido, auscultando vereadores, prefeitos, diretórios municipais e estaduais, a fim de que se atenda a um compromisso histórico do partido.

Lembra o sr. Aureliano Chaves que a razão determinante do rompimento dele, do senador Marco Maciel e do presidente José Sarney com o governo Figueiredo foi a recusa do ex-presidente de determinar a consulta às bases do PDS conforme chegara a combinar com o presidente do partido. Por coerência o PFL deve ater-se a esse propósito até mesmo se pretende lançar, como se diz, candidato a presidente da República. O sr. Aureliano Chaves não desejaria ser candidato antes que seu nome tenha a aprovação líquida das bases do seu partido. Esse é um compromisso nacional, em nome do qual trocou em 84 compromissos regionais mineiros pelo apoio à candidatura de Tancredo Neves a presidente da República.

O sr. Aureliano Chaves recorda que iniciou sua vida pública apoiando a candidatura Magalhães Pinto contra a candidatura Tancredo Neves ao governo de Minas. Em 1982, apoiou o candidato Eliseu Rezende também contra o candidato Tancredo Neves. Foi somente o interesse nacional, delineado claramente na sucessão de 1984, que o levou a superar seus problemas de política mineira e suas aspirações pessoais para formar ao lado de Tancredo Neves. O governo terminaria, por fatalidade, a caber a um de seus companheiros de dissidência, o que só fez reforçar a posição da sua corrente de sustentar o novo governo até que se processasse integralmente a transição democrática. Só depois disso, terá o PFL direito de examinar alternativas de política regional ou partidária.

Quanto a mandato e sistema de governo o sr. Aureliano Chaves não se considera com direito de tentar influir na consciência dos constituintes, representantes autônomos da opinião do eleitorado. A cada um cabe cumprir os seus deveres. Ele não está desatento, contudo, à circunstância de que o presidente Sarney foi eleito para um mandato de seis anos e os parlamentares, com poderes constituintes derivados, para votar uma nova Constituição presumidamente nas linhas gerais do sistema de governo existente. A modificação pela qual se inclina a Constituinte deveria a todos impor o dever de levar novamente às urnas, antes da mudança de sistema, o presidente da República e os membros da Câmara e do Senado. Ou isso ou o referendo popular. Ele acha que seria importante que o presidente conversasse com as correntes dominantes da Constituinte, mas respeita sua atitude de enfrentar a aparente maioria e tentar preservar o sistema que considera o mais adequado ao país.